

DIAGNÓSTICO SISTÊMICO DAS OCUPAÇÕES EM ÁREAS IRREGULARES DO BAIRRO ANNES NA CIDADE DE PASSO FUNDO/RS-BRASIL

Alcindo Neckel (*), Caliane Christie Oliveira de Almeida Silva 2, Raquel Vanz Machado 3, Anaise Breda 4, Tales Gonçalves Visentin 5

* Faculdade Meridional – IMED. Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Passo Fundo/RS-Brasil. E-mail: alcindo.neckel@imed.edu.br

RESUMO

A Legislação Federal de 1988 garantiu acesso à moradia digna para todos os brasileiros. Mas, porque a população ainda habita as áreas de risco? A própria conjuntura econômica que vive o Brasil explica esse fenômeno de acessão habitacional ao longo de sua história, devido às crises enfrentadas pelo Brasil, moradia para todos necessitaria de grandes investimentos no setor habitacional. E como resolver esses problemas atuais baseado no aumento das habitações em áreas de ricos. Assim, a pesquisa tem o objetivo de diagnosticar de forma sistêmica as moradias nessa área irregular, considerando aspectos referentes a percepção dos moradores sobre as características do desse local de risco localizado no Bairro Annes, em Passo Fundo/RS. Metodologicamente foram realizados levantamentos a campo e históricos com o uso de imagens de satélite; e mapeadas as residências próximas ao Rio Passo Fundo, analisando o local de estudo, nos anos de 2000, 2004, 2010 e 2014. Na sequência foram analisadas de forma quantitativa as residências em relação ao período amostrado de 14 (quatorze) anos. Os resultados mostram que as habitações nesta área de risco vêm aumentando nesses últimos anos, o que requer maior atenção por parte do poder público municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação, risco populacional, aumento populacional, direito de moradia, dignidade.

INTRODUÇÃO

Através da importância atribuída para as Áreas de Preservação Permanente, a sua danificação, é púnica pela Lei de Crimes Ambientais (1998), se considera crime, quando existe uso indevido (degradação), não estando de acordo com a norma de proteção, atribui-se pena de seis meses a um ano de detenção e multa.

Apesar de todos estarem sujeitos as leis, porque punir um morador ribeirinho se conforme a constituição de 1988 todos tem direito a moradia de forma digna? O invasor necessita daquele espaço, por que foi o único que lhe restou. Isso é definido por Couto (2011, p. 108), como ocupação forçada, responsável pela “desagregação urbana”, afetando assim, inúmeras regiões, que por falta de planejamento e organização urbana não possuem se quer equipamentos de infraestrutura urbana (arruamentos, canalizações, iluminação, arborização, entre outros...).

A pesquisa possibilitará que geógrafos e arquitetos pensarem o espaço urbano atendendo a “Carta do Novo Urbanismo”, durante “o Congresso do Novo Urbanismo”. Pois é necessário considerar em estudos de áreas invadidas, priorizando, segundo Macedo (2007, p. 4), os “princípios associados à formação do espaço regional, da cidade, e do bairro, com a intenção de: organizar sistemas regionais articulando áreas urbanizadas” onde possam estimular “o processo de participação comunitária, com “a articulação do sistema de transportes e para conceitos de compacidade do espaço urbano e do projeto da paisagem como um todo”, para possível realização bons planejamentos urbanísticos e regionalizados, considerando assim as características locais.

METODOLOGIA

A cidade de Passo Fundo situa-se no norte do Estado do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas geográficas 28°07' e 28°25' de latitude Sul e 52°17' e 52°41' de longitude Oeste. Seus limites atuais são formados pelos municípios de Pontão, Sertão e Coxilha, ao Norte; Carazinho, Ronda Alta e Santo Antônio do Planalto, a Oeste; Ernestina, Nicolau Vergueiro e Marau, ao Sul e Mato Castelhano a Leste (IBGE, 2015). A cidade de Passo Fundo, conforme o IBGE (2015), é conhecida como a capital do Planalto Médio, tendo em vista sua importância para toda a Região Norte do Estado do Rio Grande do Sul e o fato de possuir a maior população dessa região, com 184.826 habitantes, segundo o Censo realizado em 2010.

Através da Figura 1 é possível localizar a cidade de Passo Fundo (RS-Brasil) em relação ao território brasileiro, visualizando o local de estudo (Bairro Annes), juntamente, com o Rio Passo Fundo.

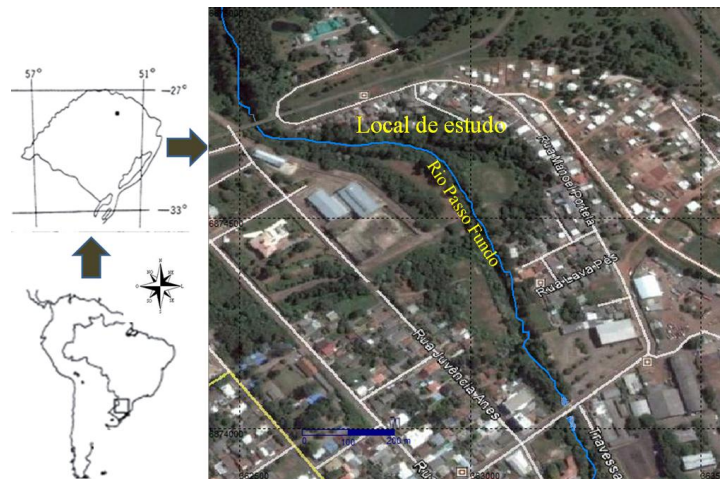


Figura 1: Localização do local de estudo.

A identificação e análise dos possíveis problemas urbanos e ambientais foi mediante visita técnica e medições na área de risco. Primeiramente, necessitou definir o conceito da palavra risco, que na concepção de Almeida-Filho e Robaina et al. (2011, p. 23) envolve a idéia de dano, ou uma situação de perigo para o indivíduos que “ocupam determinadas área susceptíveis a movimentos de massa em encostas”, sobretudo em períodos de intensas precipitações .

Na coleta das coordenadas foi observada a latitude, longitude e altitude da área de estudo. Nessas coordenadas extraídas foram gerados os mapas planialtimétricos da área no Software Surfer 11 obtendo-se o mais próximo possível da conformação natural do terreno.

Quando adquiridas imagens de satélite e mapeadas as residências próximas ao Rio Passo Fundo, analisando os anos de 2000, 2004, 2010 e 2014. Na sequência foram analisadas de forma quantitativa as residências em relação ao período amostrado de 14 (quatorze) anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A área de análise deste artigo compreende parte do Bairro Annes, próximo à prefeitura municipal da cidade de Passo Fundo/RS-Brasil, que é caracterizada por habitações em área de risco, de enchentes e deslizamentos nas superfícies do solo, por causa da declividade do terreno. Essas residências irregulares, por estar em Área de Preservação Permanente (APP), onde o perfil das casas não ultrapassa 2 pavimentos, que de forma quantitativa totalizam 169 residências, das quais, 42 encontram-se em precárias condições de habitabilidade e higiene estando instaladas, sobremaneira, às margens do rio Passo Fundo/RS (Figura 2).

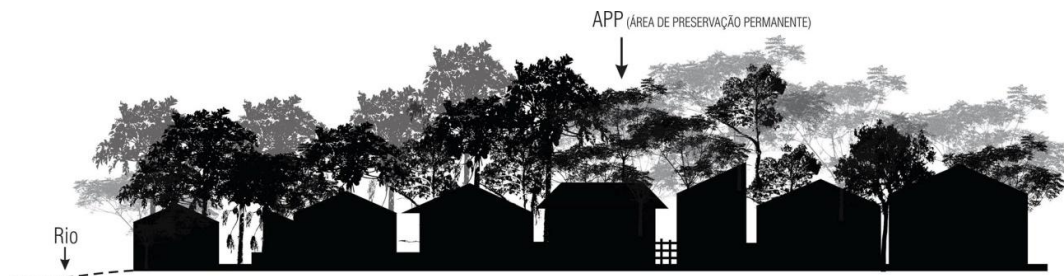


Figura 2: Skyline do perfil habitacional da área de estudo.

A partir de observações in loco e das informações angariadas por meio de entrevistas realizadas junto aos moradores da “vila”, como a área é conhecida por seus habitantes, vislumbrou-se que as primeiras residências foram instaladas às margens do mencionado rio e sua expansão se deu no sentido do trilho, ao norte.

A ameaça ao meio ambiente e seus recursos naturais é motivo de preocupação. Assegurar esses recursos depende de necessária fiscalização, controle, e políticas públicas com bom planejamento e eficiência. Somente assim é possível assegurar um ambiente saudável para as futuras gerações.

As pessoas têm direito a moradia digna, mas a falta de políticas públicas faz com que o número de construções irregulares aumente consideravelmente durante os anos de 2000 até 2014. Assim, nota-se que houve um crescimento

considerável de habitações irregulares nas margens do Rio Passo Fundo, nota-se que o crescimento populacional não está sendo acompanhado pelo planejamento urbano.

Essas pessoas vêm a Passo Fundo em busca de moradia e emprego, e por falta de condições e escolha, instalam-se em lugares impróprios causando a quase extinção.

Como base inicial de trabalho, foram adquiridas imagens de satélite e mapeadas as residências próximas ao Rio Passo Fundo, analisando os anos de 2000, 2004, 2010 e 2014. Essas residências irregulares foram contabilizadas, gerando um mapa representado pela Figura 3, onde pode ser visualizado claramente, que durante o ano de 2000 a área estudada totalizava 85 residências, quantitativamente esse número aumentou para 102 em 2004, 127 durante 2010, com a nova contagem em 2014 revelou um total de 169 domicílios.

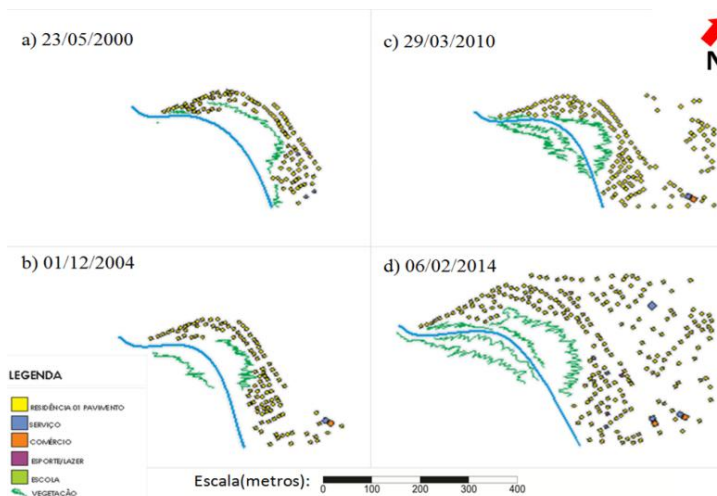


Figura 3: Análise de evolução habitacional na área estudada de 23 de dezembro de 2004 até 06 de fevereiro de 2014.

Fonte: Adaptado da evolução temporal disponibilizada pelo e Google Earth (2014).

Esse crescimento considerável das habitações presentes na área não acompanhou melhorias na infraestrutura, poluindo o rio, trouxe sim, muita insegurança a população e poluição no Rio Passo Fundo. Essas habitações irregulares trazem consequências irreversíveis ao Rio Passo Fundo, como: poluição, redução no nível da água, o torna imprópria para consumo.

Mas, por que famílias habitam as áreas de risco? Pode-se considerar conforme Valença (2014, p. 22), a necessidade de expansão do crescimento nas cidades ocorrer muitas vezes de forma horizontal, o que traz como consequência ordenamento inadequado em áreas de risco. Essa preocupação urbana e ambiental sobre as invasões habitacionais em áreas de risco, segundo Grub, Neckel e Protella (2014) é contraditória à Lei nº6.766 de 1979, que define os tipos de planejamento adequados para alterações no quadro das cidades, estabelecendo assim, padrões mínimos de qualidade ambiental e de vida da população residente.

CONCLUSÃO

Atualmente, o que se percebe na cidade de Passo Fundo é um centro que se resume o caos. Se os bairros fossem bem estruturados, com toda a infraestrutura necessária e que as pessoas pudessem sobreviver ali sem ter que se deslocar seguidamente para o centro, a cidade se qualificaria, pois até mesmo o transporte público seria mais acessível, a cidade ficaria mais densa e mais bem resolvida. As alterações no meio ambiente de uma cidade ocorrem muito pelo tipo de urbanização que ela possui. Uma densidade qualificada gera a sustentabilidade.

A realocação desses moradores para moradias planejadas de acordo com a sustentabilidade local, não apenas trará dignidade para os moradores. Entretanto, possibilitará o cumprimento das Constituição Federal de 1988, Art. 225, onde “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida impondo-se ao Poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O que necessita por sua vez da escolha de uma nova área para a realocação dos moradores da área estudada. E que se pense o novo urbano como um espaço integrados, capaz de unir as pessoas, e consideram no desenho urbanístico fatores sociais de inclusão voltados para a mobilidade urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA-FILHO, Naomar de.; COUTINHO, Denise. Causalidade, contingência, complexidade: o futuro do conceito de risco. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p. 95-137. Mar. 2007
2. BRANDLI, Luciana Londero; PRIETTO, Pedro Domingos Marques; NECKEL, Alcindo. Estimating the Willingness to Pay for Improvement of an Urban Park in Southern Brazil Using the Contingent Valuation Method. *Journal Of Urban Planning And Development*, New York, v. 140, n. 4, p.1-10, 15 Oct. 2014.
3. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
4. COUTO, Márcio Santiago Higashi. Ocupação irregular e criminalidade na região da Serra da Cantareira-SP. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da Unesp, Marília*, v. 8, n. 8, p.107-126, dez. 2011.
5. GRUB, Julian; NECKEL, Alcindo; PORTELLA, Jéssica. **A infraestrutura e seus diferentes formatos no espaço urbano**. Passo Fundo: Editora Goellner, 2014. 97 p.
6. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. Dados disponíveis em: <://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em: 29 de abr. 2015.
7. ROBAINA, Luis Eduardo de Souza et al. Análise geográfica de áreas de risco de movimento de massa na Região Metropolitana de Porto, Portugal. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, São Paulo, v. 12, n. 2, p.15-23, nov. 2011.
8. VALENÇA, Márcio Moraes. Alternativa de provisão habitacional no Brasil e no mundo. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 3, p.7-23, dez. 2014.